



**Procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho na  
modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado – Técnico  
de Sistemas de Tecnologias de Informação**

**Ata n.º 4 | Audiência dos Interessados no âmbito da Avaliação das Candidaturas**

Em vinte e dois de junho de dois mil e vinte e seis reuniu, na sede do Agrupamento de Escolas de Drº Ramiro Salgado, Torre de Moncorvo, o júri do procedimento concursal comum para constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com vista ao preenchimento de 1 posto de trabalho da carreira e categoria geral de Técnico de Sistemas de Tecnologias de Informação, constituído por Ana Sofia Leonardo Ventura na qualidade de Presidente, Rosa Maria Seixas Fonseca Lopes, e Alfredo José Tavares Pinto, na qualidade de vogais efetivos, no sentido de proceder à apreciação das candidaturas recebidas.

**1. Candidaturas rececionadas.**

Foram rececionadas 10(dez) candidaturas para o presente procedimento concursal.

**2. Candidatos admitidos.**

Os 10 (dez) candidatos que a seguir se identificam encontram-se admitidos no âmbito do presente procedimento.

N.º	Nome	Método de Seleção
1	José Paulo Correia Cardoso e Castro	Avaliação Curricular
2	João Daniel Chasse Gomes de Azevedo Barradas	Prova de Conhecimentos
3	Cláudia Sofia Marques Neves	Prova de Conhecimentos
4	Filipe Alexandre Souza	Prova de Conhecimentos
5	Luís António Marques Mendes	Prova de Conhecimentos
6	Gustavo Henrique Peixoto Marinho	Prova de Conhecimentos
7	Tiago Pinto Cardoso	Prova de Conhecimentos
8	Sílvia Rodrigues	Prova de Conhecimentos
9	João Pedro Santos e Silva	Prova de Conhecimentos
10	Leandro Pinheiro	Prova de Conhecimentos



### **3. Comprovação dos requisitos.**

Nos termos do artigo 14.º da Portaria 233/2022, a comprovação dos requisitos que não se mostram determinantes para a decisão a respeito dos métodos de seleção a aplicar é realizada no momento da constituição do vínculo de emprego público, devendo os candidatos que agora não apresentaram elementos que atestem os requisitos previsto no artigo 17.º da Lei n.º 35/2014 fazê-lo em ulterior momento.

Assim, devem apresentar:

- a) Comprovativo de nacionalidade portuguesa – Cartão de Cidadão ou similar;
- b) Comprovativo de maioridade – Cartão de Cidadão ou similar;
- c) Comprovativo da não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar – Certificado de Registo Criminal;
- d) Comprovativo de robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções – Declaração nos termos do Decreto-Lei n.º 242/2009, de 16 de setembro;
- e) Comprovativo do cumprimento das leis de vacinação obrigatória – Boletim de vacinas.

### **4. Métodos de seleção.**

Perante tudo quanto vai exposto, o júri aguarda superiores instruções a fornecer pela AGSE – Agência para a Gestão do Sistema Educativo para que possa proceder à convocação dos concorrentes para a aplicação dos métodos de seleção, nomeadamente da Prova de Conhecimentos.

Em ato simultâneo à divulgação dos resultados da Prova de Conhecimentos, o júri prestará conhecimento dos resultados da Avaliação Curricular.

O júri,  
Ana Sofia Leonardo Ventura Alves  
Rosa Maria Seixas Fonseca Lopes  
Alfredo José Torres P.